

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

HELY HONÓRIO BUENO

**OS REFLEXOS DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JI-
PARANÁ - RO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal
2008

HELY HONÓRIO BUENO

**OS REFLEXOS DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JI-
PARANÁ – RO.**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Silas Neiva De Carvalho.

Cacoal
2008

**OS REFLEXOS DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JI-
PARANÁ - RO.**

Por

HELY HONÓRIO BUENO

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formada por:

Presidente

Prof. Esp. Silas Neiva de Carvalho – Orientador/UNIR

Membro

Prof. Ms. Lucia Setsuko Ohara Yamada - UNIR

Membro

Prof. Ms. Creunice Borges Araujo - UNIR

Cacoal, RO.

2008

DEDICATÓRIA

À Vivian, como sempre...

AGRADECIMENTO

Pai (*in memoriam*), mãe. O tempo não me fará esquecer o que me trouxe até aqui.

OS REFLEXOS DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO.

Hely Honório Bueno¹

RESUMO

A Lei Complementar nº 123/2006 tem a finalidade fornecer subsídios às microempresas e empresas de pequeno porte. Além da área fiscal, o autor da referida Lei, versou também sobre o acesso dessas empresas nas licitações. A Lei Complementar pretende com a inserção das vantagens estabelecidas, aumentar a participação dessas empresas nas licitações públicas. O presente trabalho teve por objetivo mensurar a aplicabilidade da Lei nos processos licitatórios e o grau de conhecimento das MEs e EPPs acerca da referida Lei. Para atingir os objetivos propostos foi realizado um estudo de caso em 5 (cinco) empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/2006 e na CPL (Comissão Permanente de Licitação) utilizando como técnica de pesquisa, aplicação de questionários com perguntas fechadas. Para embasamento teórico utilizou-se de pesquisa bibliográfica em livros, revistas, editais e internet. O trabalho proposto obteve como principais resultados a constatação de que a Lei está sendo aplicada nas licitações do município de Ji-Paraná, porém, comprovou-se a falta de divulgação da Lei pela CPL (Comissão Permanente de Licitação) e por demais órgãos responsáveis. Verificou-se ainda o não aumento da participação de MEs e EPPs nas licitações do município após a promulgação da Lei, devendo, como comprovado pela pesquisa, à falta do fornecimento de informações como citado acima. No cenário mercantil existente, em que a maioria das empresas são MEs e EPPs, a falta de informação as privam da participação dos certames, fazendo com que o principal objetivo da Lei, o de aumentar a participação nas licitações, não seja atingido.

Palavras-chave: Licitação. Lei. Pública. ME. EPP.

INTRODUÇÃO

A administração pública tem um papel fundamental para a sociedade, cabe a mesma, a gestão dos recursos públicos objetivando a efetivação dos atos planejados, a realização da prestação de serviços comuns e a concretização de direitos garantidos constitucionalmente. O Conjunto de órgãos públicos, representados por seus administradores, são subordinados às leis instituídas juridicamente e que visam obter transparência e legalidade nos atos realizados pelos gestores públicos. O cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia *Campus* de Cacoal, sob a orientação do professor Esp. Silas Neiva de Carvalho.

impostos explicitamente e implicitamente pela Constituição Federal viabilizam a prática da gestão voltada para a sociedade proporcionando resultados eficientes.

A contabilidade registra os resultados inerentes a atos da administração, a licitação pública compreende um processo administrativo, uma das etapas dos estágios das despesas, que visa a contratação de serviços com isonomia, maiores garantias, economicidade e com mais transparência. A licitação tornou-se obrigatória com a Constituição Federal de 1988 que prevê, no art. 37, inciso XXI que a administração Pública está obrigada a licitar.

A Constituição Federal Brasileira em seu Artigo 170, inciso IX, estabelece: *“Tratamento favorecido para as Empresas de Pequeno Porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”*. Visando o cumprimento dessa norma foi sancionada em 14 de dezembro do ano 2006 a Lei Complementar de nº123/06, também conhecida como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Dentre os benefícios instituídos está o tratamento diferenciado dispensado as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte nas Licitações Públicas. Tendo em vista a relevância da Lei mencionada e a grande incidência de empresas abrangidas pela mesma no município de Ji-Paraná, verificou-se a importância de realizar um estudo com o objetivo de mensurar sua aplicabilidade. Através dessa pesquisa poderá se ter uma real visão do entendimento desses benefícios pelas empresas e também pela CPL (Comissão Permanente de Licitação), produzindo assim, dados que deverão ser usados como subsídios para demais estudos e esclarecimentos.

Com a implantação da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (Super Simples), as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte passaram a ter, através de um tratamento diferenciado e favorecido, uma maior competitividade nas compras públicas. Os privilégios nos processos licitatórios expostos no Capítulo V (Do Acesso aos Mercados), composto pelos artigos 42 a 49 vieram para regulamentar o art. nº 170, inciso IX, da Constituição federal que versa exatamente do tratamento favorecido a essas empresas.

Devido à importância da Lei para o país, e em especial para a região norte, onde a base empresarial é composta principalmente por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, surge o seguinte questionamento: Qual o nível de aplicabilidade da Lei no que tange aos processos licitatórios no município de Ji-Paraná?

Visando dirimir o problema esta pesquisa teve como objetivo geral identificar o grau de conhecimento e de aplicabilidade da Lei Complementar nº 123/06 pelos usuários da mesma, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e da Comissão Permanente de Licitação (CPL), no município de Ji-Paraná – RO. Como objetivos específicos o presente artigo

procurou apresentar o processo histórico do ato Licitatório e sua aplicação na administração pública brasileira, identificar as modalidades de licitação e suas aplicabilidades perante a administração pública, analisar as vantagens estabelecidas pela Lei C. n° 123/06 no ramo das licitações Públicas às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte e demonstrar, através de pesquisa e campo, a influência que a Lei exerceu nas participações das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas no município de Ji-Paraná. Para embasamento teórico utilizou-se de pesquisa bibliográfica em livros, revistas, editais, Leis e internet. Para a realização da pesquisa de campo, e tendo como finalidade o alcance dos objetivos, foram feitas visitas à 5 (cinco) empresas e à CPL (Comissão Permanente de Licitação), aplicando questionários com perguntas fechadas, analisadas no presente estudo, subsidiando aos resultados obtidos na pesquisa.

O presente estudo teve como delimitação analisar o processo licitatório aplicado à administração pública atendo ao Capítulo V da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei C. n° 123/06) como instrumento legal e delimitativo. Foi utilizado como cenário público e instrumento de pesquisa a CPL (Comissão Permanente de Licitação) da Prefeitura do Município de Ji-Paraná e cinco empresas do mesmo município enquadradas na Lei 123/06.

1. ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A organização político-administrativa brasileira compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos com autonomia, de acordo com o art. 18 da Constituição Federal, por sua vez os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e suas respectivas leis orgânicas. (PISCITELLI ... [ET AL], 2006 P. 12).

Cabe a Administração Pública a gestão dos recursos emanados de seus administrados. Tem como objetivo principal a efetivação de atos que venham a suprir os interesses coletivos através da prestação de serviços públicos. Hely Lopes Meirelles (1999, p. 33), renomado jurista brasileiro, assim conceitua a Administração Pública:

“Em sentido formal, a Administração Pública, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração Publica é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Pode-se dizer que a Administração Pública é um conjunto de órgãos a serviço do Estado com a função de atender às necessidades da sociedade. A Constituição Federal, no art. 37, *caput*, trata dos princípios inerentes à Administração Pública: “A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

1.2 Contabilidade Pública

A contabilidade pública ou governamental surgiu no Brasil em 1889, após a proclamação da república, advinda da necessidade de controle das coisas públicas. Em 1922 o Brasil obteve a aprovação do Código de Contabilidade da União e do decreto lei nº 2.416 de 17 de julho de 1922 que passou a regulamentar a elaboração e a execução de orçamentos e balanços dos Estados e Municípios, criando um modelo padrão a ser utilizado pelas entidades públicas. O Código de Contabilidade da União e o decreto lei nº 2.416 vigoraram até 1964 quando em 17 de março do mesmo ano foi aprovada a lei nº 4.320/64 que dispõe normas gerais de direito financeiro para a elaboração de planejamento, controle orçamentário e elaboração de balanços (Slomski, 2003, p. 27).

A contabilidade Pública constitui um dos ramos da Contabilidade Geral aplicada a diferentes atividades. De acordo com Piscitelli (2006, p.1) “Seu campo de atuação é, assim o de pessoas jurídicas de Direito Público - União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias, bem como o de algumas de suas entidades vinculadas” [...].

A contabilidade pública é fundamental, pois demonstra o patrimônio da entidade e gera informações econômicas e financeiras, comuns a todos e de igual interesse.

2 PREMISSAS ACERCA DE LICITAÇÃO PÚBLICA

O gestor público administra bens e interesses pertencentes à comunidade. Assim, quando se é preciso comprar e/ou contratar bens ou serviços, a Administração Pública entra em fase de negociação com o interessado em lhe vender ou lhe prestar o serviço ofertado a

fim de obter os melhores preços ou produtos. Para que isso seja possível, a gestão pública se vale de um procedimento administrativo chamado de Licitação Pública.

Em Di Pietro (1999, p. 291), tem-se a seguinte conceituação sobre o tema:

O procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato.

Diante o exposto, afirma-se então que o gestor público não poderá alcançar o objetivo final que é a aquisição ou contratação de bens ou serviços, sem antes cumprir o meio necessário, a Licitação Pública.

Para um melhor entendimento vale apresentar a afirmação de Medauar (2007, p. 178):

Licitação, no ordenamento brasileiro, é o processo administrativo em que a sucessão de fases e atos leva à indicação de quem vai celebrar contrato com a Administração. Visa, portanto, a selecionar quem vai contratar com a administração, por oferecer proposta mais vantajosa ao interesse público. A decisão final do processo licitatório aponta o futuro contratado.

O ato licitatório tem, portanto, a finalidade de promover a economicidade dos recursos públicos bem como a transparência nas negociações, destarte, o impedimento de possíveis atos de corrupção.

Com o intuito de fornecer uma compreensão maior sobre o tema Licitação Pública, torna-se válido apresentar os conceitos de alguns importantes preceitos constantes na Lei nº 8.666/93, art. 6º, Seção II – Das Definições, e que serão usados com certa frequência no presente artigo:

I - Obra: É a construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

II - Serviço: Toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

III - Compra: Toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

IV - Alienação: Toda transferência de domínio de bens a terceiros.

V - Licitante: É a denominação conferida a quem participa da licitação.

O processo licitatório faz parte da Administração Pública brasileira desde 1862 através do Decreto nº 2.926. A partir desse período outras leis trataram de forma modesta sobre o assunto até que em 1922, com o Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922 (esse Decreto foi responsável pela organização do Código de Contabilidade da União) o procedimento licitatório passou a ser consolidado no âmbito federal.

A nomenclatura Licitação foi inserida no direito administrativo em 1964 como assevera Dayrell (1973, p. 15) “O termo Licitação, que já fora empregado em diversos textos legais, foi introduzido, pela primeira vez, em nosso direito administrativo pela lei nº 4.401 de 10 de setembro de 1964, no sentido de gênero abrangente de variadas espécies ou modalidades, dentre as quais a concorrência”. Até então, o procedimento de compras públicas era denominado *concorrência*.

Apesar de tantos Decretos-Leis que normatizaram a Licitação Pública até então, foi em 1988 com a promulgação Constituição Federal Brasileira que o tema recebeu status de princípio constitucional, tornando-se obrigatória sua aplicação pela Administração Pública direta e indireta de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Constituição trouxe, além de outras especificações sobre o assunto, a exigibilidade como princípio, só podendo haver dispensa do processo licitatório quando esta estiver prevista em lei. A Carta Magna em seu art. 37, inciso XXI, explicita:

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta nos termos da lei, o qual somente permitira as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Após a promulgação da Constituição de 1988 foi publicada a Lei 8.666 em 21 de junho de 1993 alterada posteriormente pelas Leis 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99. A Lei 8.666/93, também conhecida como Lei das Licitações, vigente no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aplicado aos Órgãos de Administração Direta, aos fundos especiais, às fundações públicas, às sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente por qualquer das esferas públicas. (PISCITELLI ... [ET AL] 2006, p. 11).

A Lei 8.666/93, que normatiza as licitações e contratos da Administração Pública, definiu, em seu artigo 22, o estabelecimento de cinco modalidades licitatórias, são elas a

concorrência, a tomada de preços, o convite, o leilão e o concurso. Modalidades estas que serão tratadas com o devido detalhamento neste trabalho.

Torna-se válido, para uma melhor observância a cerca da Lei, mencionar algumas considerações sobre os princípios normatizadores do processo licitatório constantes na Lei nº 8.666/93:

Princípio da Legalidade: De acordo com Faria (2007, p. 306), o princípio da legalidade “é o princípio segundo qual o procedimento licitatório deve operar-se segundo regras jurídicas positivas”.

Portanto, não havendo observância quanto a Lei haverá a nulidade do procedimento, podendo ser total ou parcialmente, dependendo da irregularidade e do momento em que essa prática começou.

Princípio da Impessoalidade: Reza que o processo licitatório deva ser impessoal, voltada para o coletivo e de interesse geral, sem atender a interesses individuais promovendo concorrentes de forma particular.

Princípio da Moralidade: Os atos da Administração Pública no processo licitatório devem respeitar a licitude. O comportamento ético-moral do agente influencia diretamente no resultado da licitação devendo provocar confiabilidade nos participantes.

Princípio da Igualdade: Consiste na isonomia de tratamento entre os licitantes. Determina que as exigências e os benefícios devam ser comuns a todos. O art. 3º, § 1º, da lei 8.666/83 define que é vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos da convocação, cláusulas condições que comprometam, restrinjam ou frustrem seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante.

Princípio da Probidade Administrativa: A licitação deve voltar-se aos interesses da administração, agindo com respeito, sinceridade, transparência e boa fé. De acordo com Medauar (2007, p. 182), “integrantes de comissões de licitação, agentes públicos e autoridades que, de alguma forma têm participação no processo licitatório não de atuar com retidão, sem visar o proveito próprio ou locupletamento de outrem”.

O art. 91 da lei 8.666/93 fala das penas incorridas aos que cometerem improbidade administrativa, a saber: Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração, dando causa a instauração de licitação ou a celebração de contrato, cuja

invalidação vier a ser decretada pelo poder judiciário, acarretará em pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Princípio da Publicidade: A licitação está incluída nesse princípio, é previsto em lei a obrigação da divulgação do edital convocatório afim de que se possa alcançar todos o interessados em se fazer participante do processo licitatório. Um dos objetivos dessa divulgação é o de alcançar um numero sempre maior de participantes, propiciando uma concorrência maior com o intuito de alcançar resultados positivos.

De acordo com Faria (2007, p. 305) o edital pode ser publicado na integra ou em forma de aviso. “A publicação garante igualdade entre os interessados, beneficiando as empresas e a unidade administrativa que visa a contratação de serviços com o menor custo possível, a fim de beneficiar um numero maior de pessoas”

Princípio do Julgamento Objetivo: É o que se baseia no critério indicado e nos termos específicos das propostas. Como o órgão de licitação visa alcançar os melhores preços, além de também a qualidade e eficiência do produto, o mesmo deve optar pela escolha através de uma análise técnica visando realizar a melhor opção para satisfazer ao interesse público.

1.3 Modalidades de Licitação Pública

A lei 8.666/93, em seu artigo 22, determina a existência de cinco modalidades de licitação: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão. De acordo com Peixoto (2006, p. 01) “as modalidades de licitação tem características próprias, destinando-se a determinados tipos de contratação. A licitação é o gênero, do qual as modalidades são as espécies”.

Como critério para julgamento das propostas, utiliza-se com mais frequência: Menor Preço, a Melhor técnica e a Técnica e Preço. No Menor Preço escolhe-se a proposta mais vantajosa que será a que apresentar custo menor para a administração publica, havendo necessidade de verificação da qualidade do produto, não podendo optar pela escolha considerando marcas, mas sim padrões de qualidade. Aplica-se na modalidade de convite. Na Melhor Técnica define-se a proposta mais vantajosa com base em fatores de ordem técnica. Aplica-se a modalidade de concurso. Na Técnica e Preço considera-se como proposta mais vantajosa a que apresentar a melhor média ponderada, considerando-se as médias obtidas nas propostas de preço e técnica. É Obrigatória nas modalidades de tomada de preços e concorrência.

1.3.1 Concorrência

Na concorrência permite-se que participem interessados que na fase de habilitação, apresentem possuir os requisitos previstos no edital e que comprovem as condições mínimas para a execução objeto da licitação, caso sejam classificados.

Em Geral, é utilizada para contratos de grandes valores e para a alienação de bens públicos imóveis, conforme previsto no art. 17, I da Lei 8.666/93. De acordo com Faria (2007, p. 326) “é a modalidade mais complexa e que exige mais rigor na fase habilitatória, visto que o objeto que a administração pretende contratar é, em regra, de custo elevado e exige reconhecida capacidade técnica e boa condição econômica e financeira dos interessados”.

O limite estabelecido para a escolha da modalidade da concorrência, tendo em vista o valor estimado da contratação, está previsto no art. 23 da lei 8.666/93:

- I – Para obras e serviços de engenharia:
 - c) concorrência – acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- II – Para compras e serviços não referidos no inciso anterior:
 - c) concorrência – acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

1.3.2 Tomada de preços

Para a participação em licitação por tomada de preços os interessados devem estar devidamente cadastrados, observada a necessária qualificação. De acordo com Piscitelli (2006, p. 216):

“Para fins de registro cadastral, o interessado deverá apresentar documentação relativa a: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira e regularidade fiscal. Poderão participar, também, os interessados que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas”.

Estabelece-se como limite, visando o valor estimado da contratação, previsto no art. 23 da lei 8.666/93:

- I – Para obras e serviços de engenharia:
 - b) tomada de preços – até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil, reais);
- II – Para compras e serviços não referidos no inciso anterior:
 - b) tomada de preços – até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

1.3.4 Convite

Modalidade de licitação entre interessados no ramo pertinentes ao objeto da licitação, facultando a obtenção de cadastro ou não, que tenham sido escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa. O tribunal de Contas da União (Licitações e Contratos: Orientações Básicas, 2006, p. 26) acerca da modalidade convite expôs que:

“no convite é possível a participação de interessados que não tenham sido formalmente convidados, mas que sejam do ramo do objeto licitado, desde que cadastrados no órgão ou entidade licitadora ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Esses interessados devem solicitar o convite com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas”.

Como limite estimado de contratação, previsto no art. 23 da lei 8.666/93 para a modalidade convite, estabelece-se:

- I – Para obras e serviços de engenharia:
 - a) convite – até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- II – Para compras e serviços não referidos no inciso anterior:
 - b) convite – até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

1.3.5 Concurso

Na modalidade concurso, é facultado a participação de quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante premiações ou remunerações aos vencedores, obedecendo a critérios estabelecidos pelo edital, que deverá ser publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias. (MEDAUAR, 2007, p. 183).

1.3.6 Leilão

Nessa modalidade de licitação participam quaisquer interessados na alienação de móveis considerados desnecessários para a Administração Pública, ou de produtos apreendidos ou penhorados, ou ainda para alienação de bens imóveis, estes cuja aquisição haja derivado de procedimento judicial ou da dação de pagamento (PEIXOTO, 2006, p. 05).

O vencedor do leilão será o participante que ofertar o maior lance, ou oferta, não podendo ser inferior ao da avaliação oficial, e que atenda as condições do edital.

1.3.7 Pregão

Modalidade de licitação não prevista pela Lei 8.666/93 surgiu com a Medida Provisória n. 2.026, de 4.5.2000, posteriormente editada mês a mês até em 17.2.2002, data que foi convertida na Lei 10.520. Durante a vigência da Medida Provisória que a instituiu, a modalidade pregão somente permitia-se sua utilização na esfera Federal, após transformar-se em Lei, passou a permitir-se sua aplicação em demais órgãos de administração direta e indireta.

De acordo Faria (2007, p. 329):

Pregão é a modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, promovida por entidades e órgãos públicos da Administração direta e indireta, qualquer que seja o valor do objeto a ser contratado, em que a disputa dos licitantes com vistas a classificação e a adjudicação, se realiza por meio de propostas e lances em sessão pública ou por meio eletrônico, denominado *pregão eletrônico*. [grifo do autor].

Analisando o exposto, nota-se que a utilização da modalidade pregão, será para a aquisição de bens e serviços comuns, portanto para a contratação de obras e serviços de engenharia, estão obrigadas a aplicação das outras modalidades previstas na Lei 8.666/93, explanadas anteriormente nesse trabalho. A medida provisória n. 2.026/2000, trouxe a definição de bens e serviços comuns, em seu art. 1º, § 1º, “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

O tribunal de Contas da União (Licitações e Contratos: Orientações Básicas, 2006, p. 31) exemplificou expondo que o “pregão não se aplica à contratação de obras de engenharia, alienações e locações imobiliárias”. O pregão pode ser realizado de forma presencial (regulamentada pelo Decreto 3.555, de 2000) ou eletrônica (regulamentada pelo Decreto 5.450, de 2005).

A modalidade pregão deve ser aplicada na administração pública, onde cabível em virtude da agilidade e da redução de gastos no processo licitatório, além de apresentar mais transparência e confiabilidade. Surgindo no mesmo ano que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000), mostra-se como solução para que os administradores consigam manter suas finanças em ordem, utilizando meios eficientes, com o menor custo possível, atendendo as exigências da Lei.

2 ASPECTOS RELEVANTES DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/06 E OS BENEFÍCIOS TRAZIDOS AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NO AMBITO DA LICITAÇÃO PÚBLICA.

Em virtude ao prescrito na alínea “d”, do art. 146, da Constituição Federal, acrescentada pela Emenda Constitucional n° 42, de 19 de dezembro de 2003, onde reza caber à Lei Complementar a “definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições a que se refere o art. 239” foi estabelecido em 14 de dezembro de 2006 a Lei Complementar de n° 123.

Essa Lei, criadora do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, implantou, para essas, um regime tributário diferenciado em relação aos tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, esse, é um regime alicerçado pela Constituição Federal, art. 179, que preceitua:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

A Lei Complementar n°. 123 define no seu art. 3° que “Microempresa é a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966, da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas”, desde que sua receita máxima anual seja de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Empresa de Pequeno Porte é considerada aquela possuidora de uma receita bruta anual superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Também no art. 3°, §1°, o autor define como receita bruta “o produto de venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos”.

Como visto acima a Lei Complementar n° 123/06, atendendo aos preceitos da Constituição Federal, trata da implantação de uma tributação distinta para as micros e pequenas empresas, ou seja, tem como tema principal a natureza tributária, no entanto, com o objetivo de consolidar o tratamento favorecido a essas empresas, e que é exposto no inciso IX,

do art. 170 da Carta Magna, que diz do “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País” o autor versou também sobre outra áreas, dentre elas a do Direito Administrativo onde esta prescrito as disposições sobre Licitações Públicas, alvo desse artigo.

Em cinco de setembro de 2007, através do Decreto nº 6.204/07, o Presidente da República regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal. O Decreto refere-se aos arts. 42, 43, 44, 45, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06. Nota-se que foi excluído do Decreto o artigo 46. A respeito dos benefícios impostos pela Lei C. nº 123/06 nas licitações Andrade (2006, p. 17) expõe:

“Trata-se de prerrogativas dispensadas às microempresas e empresas de pequeno porte no que tange à suas participações em processos públicos de aquisição de mercadorias e serviços, as licitações, em que tais empresas gozarão de privilégios em face dos demais concorrentes participantes.”

A Lei Complementar nº 123/06 faz parte de uma mudança de padrões nas licitações públicas. Hoje, além de se exigir o preço menor e a eficiência, busca-se uma nova política que também direcione os recursos públicos para geração de emprego e distribuição de renda.

2.1 Regularização Fiscal

Como já visto a parte da Lei Complementar 123/06 tocante à Licitação pública se encontra no capítulo V, Do Acesso aos Mercados, Seção Única, Das Aquisições Públicas, arts. 42 a 49.

O art. 42 da Lei determina que, “nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura de contrato.”

O art. 43 determina que, “as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.”

Fernandes (2007, p. 14) esclarece:

“Em primeiro plano, note-se que o legislador define no art. 42 o momento da comprovação da regularidade fiscal, estabelecendo que somente será exigida a regularidade no ato da contratação. No art. 43, esclarece que deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal. Significa dizer, com ênfase a expressão toda, que não pode ser apresentada a comprovação parcial. Mesmo existindo restrições, todos os itens devem ser apresentados, pois a norma vai admitir o saneamento, não a complementação dos documentos.”

Como visto, o benefício se limita ao saneamento e não a complementação dos documentos, ou seja, mesmo que o documento apresente alguma restrição é obrigatória sua apresentação. A comprovação da regularização fica transferida para o momento da assinatura do contrato como estipula o art. 42. Sobre o assunto Niebuhr (2007, p. 3) explana:

“De acordo com o art. 42, as microempresas e as empresas de pequeno porte, diferentemente das demais, não devem ser inabilitadas, na fase própria de habilitação, se deixarem de apresentar alguma certidão de regularidade fiscal ou se alguma delas apresentar defeito. A rigor, na forma do caput do art. 43 da Lei Complementar 123/06, as microempresas e as empresas de pequeno porte devem apresentar as certidões de regularidade fiscal normalmente, durante a licitação, tal qual as demais licitantes, dentro do envelope destinado aos documentos de habilitação. Entretanto, se houver problema com algumas das certidões pertinentes à regularidade fiscal delas, a Administração não deve inabilitá-las. A rigor, o juízo sobre a habilitação das microempresas e das empresas de pequeno porte cujas certidões apresentaram defeitos é suspenso, é postergado.”

Esse tipo de previsão permite que um número maior de microempresas e empresas de pequeno porte participe das licitações, tendo em vista que a comprovação prévia da regularidade fiscal se apresenta muitas vezes como um fator que causa grandes obstáculos no acesso dessas empresas nos pleito licitatórios.

Como exposto acima, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte pode apresentar no ato da licitação documentos que não estejam regularizados, porém, em caso de vitória dessas empresas nos certames os documentos deverão ser apresentados com sua regularização devidamente conferida. O §1º do art. 43 estipula o prazo dessa apresentação, a saber:

“Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.”

Assim, a microempresa e a empresa de pequeno porte vencedora da licitação e que tenha apresentado na fase de habilitação documentos pendentes de regularização terá, de acordo com a Lei, um prazo de dois dias podendo ser prorrogado por mais dois dias, se assim conceder a administração pública, para apresentar a documentação regularizada.

O §2º do art. 43 da Lei Complementar 123/06 impõe:

“A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.”

O artigo 81 da Lei 8.666/93 que é citado no parágrafo acima dispõe: “A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.”

A parte final do §2º do art. 43 da Lei Complementar 123/06 faculta, então, à Administração, no caso do licitante não obter êxito na regularização da documentação fiscal, a convocação dos remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação. Se por ventura houver a necessidade de convocação do segundo melhor classificado na licitação, em virtude da aplicação do §2º do art. 43, e este não possuir sua documentação de habilitação regularizada, será lhe fornecido o mesmo prazo dado ao adjudicatário anterior, ou seja, 2 (dois) dias prorrogáveis por mais 2 (dois).

2.2 Critério de Desempate

O art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 estatui preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte no caso de empate na licitação pública. O caput do artigo 44 determina que: “Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.”

De acordo com os §1º e §2º do art. 44, passa-se a considerar empate as propostas das microempresas e empresas de pequeno porte que não sejam superiores a 10% (dez por cento) à proposta mais bem classificada, no caso do pregão a diferença considerada é de 5% (cinco por cento). Em se ocorrendo da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte ser

do mesmo valor da proposta de uma empresa de outra categoria (media ou grande empresa) será dado preferência a microempresa ou empresa de pequeno porte.

O artigo 45 traz o procedimento para o desempate estipulado no artigo 44. Vale lembrar que o critério de desempate só se aplica à licitação do tipo melhor preço, excluindo-se as do tipo melhor técnica ou técnica ou preço. “O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§2º do art. 43, da Lei Complementar 123/06).”

Como procedimento de desempate o inciso I, do art. 45, expõe que, “a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.”

Para que se possa oferecer melhor esclarecimento cabe uma exemplificação; a empresa “X” de médio ou grande porte faz uma proposta no valor de R\$ 1.000,00, até então a proposta de menor valor, por conseguinte vencedora, em seguida temos a proposta da microempresa “Y” no valor de R\$ 1.050,00, depois, a proposta da empresa de pequeno porte “Z” no valor de R\$ 1.100,00. De acordo com o inciso I, do art. 45, a empresa “Y” tem o direito de apresentar proposta de preço inferior a da empresa “X”, caso isso ocorra será adjudicado em seu favor o objeto licitado. Caso a empresa “Y” abra mão de ofertar um lance de menor valor o direito que lhe foi concedido passa à empresa “Z” por se enquadrar na Lei 123/06 como empresa de pequeno porte. O §3º do art. 45 institui que “no caso do pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão”. No caso de empate entre microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.3 Cédula de Crédito Microempresarial

Esse item visa assegurar as microempresas e as empresas de pequeno porte a garantia de recebimento dos serviços prestados e/ou dos produtos vendidos à administração pública. O art. 46 da Lei Complementar nº 123/06 assim explicita:

A microempresa ou empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial.

Cabe lembrar que o art. 46 foi excluído do Decreto nº 6.204/07 que regulamentou as vantagens estabelecidas pela Lei. Por se tratar de um tema extremamente polêmico o artigo 46 da Lei é alvo de constantes discussões, porém, sem que se tenha chegado até então a um consenso.

2.4 Licitação como Promoção de Desenvolvimento Econômico e Social

Esse item visa favorecer as microempresas e as empresas de pequeno porte através da promoção da simplificação dos seus negócios jurídicos, ampliação da eficiência das políticas públicas e do incentivo a inovação tecnológica. Dispõe o art. 47:

Nas contratações públicas na União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

Para que seja cumprido o disposto no artigo 47 o legislador inseriu no artigo 48 os procedimentos que deverão ser realizados pela administração pública. No art. 48, inciso I, tem-se que a administração poderá realizar processo licitatório “destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresa de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”. Essa vantagem deverá estar explícita no edital de convocação. Tem como grande vantagem o fato de que apenas microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar de licitações que atinjam o valor mencionado. Isso faz com que a administração tenha em seus certames licitatórios empresas que sejam do município onde ocorra a licitação, promovendo assim, o desenvolvimento das empresas locais, na maioria das vezes enquadradas na Lei nº 123/06.

O inciso II, do art. 48, determina que “seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado”

A partir da chegada dessa norma fica autorizada a determinação de subcontratação, fato que obrigará o licitante a buscar parceiros favorecidos pela Lei Complementar nº 123/06. No §2º do art. 48, o legislador determina que o pagamento do objeto licitado poderá ser feito diretamente à microempresa e empresa de pequeno porte subcontratada. Essa medida tem o intuito de evitar que as ME`s e EPP`s sejam alvos de calote das empresas contratantes de seus serviços ou compradoras de seus produtos.

O inciso III, do art. 48, determina “que se estabeleça cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível”.

Para esclarecimento do disposto acima cabe a seguinte exemplificação hipotética: A administração pública pretende licitar 100 (cem) computadores. No edital de convocação a administração poderá determinar que a quantidade dos produtos licitados sejam divididos em dois lotes, um, contendo 75 (setenta e cinco) computadores para todos os licitantes, e outro, contendo 25 (vinte e cinco) computadores apenas para as microempresas e empresas de pequeno porte.

O art. 49, da Lei Complementar 123/06, contém as regras que complementam os arts. 48 e 49 supracitados. A ver:

Art. 49 – Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

- I – os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;
- II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- IX – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O art. 49 visa impor alguns limites consideráveis na aplicação dos favorecimentos fornecidos pela Lei Complementar nº 123/06. Torna-se, então, necessário o conhecimento por parte da administração pública do mercado em que atua seus licitantes para que não cometa

equivocos na elaboração dos editais convocatórios, já que, depende deles o bom andamento dos processos licitatórios.

3 AS VANTAGENS CABÍVEIS AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Para se obter o alcance dos objetivos propostos no presente artigo, foi realizada pesquisa de campo com cinco empresas enquadradas na Lei Complementar nº123/06 e também com a CPL (Comissão Permanente de Licitação). As empresas pesquisadas situam-se no município de Ji-Paraná. São elas:

- 1 – Construrb – Construtora urbanizadora e incorporadora Ltda – EPP;
- 2 – Distribuidora Recor Ltda – EPP;
- 3 – Vig Distribuidora de Materiais para Construção Ltda – EPP;
- 4 – Visão Locação de Veículos Ltda – ME;
- 5 – M.A.J. Distribuidora de Materiais de Construção Ltda – ME.

Foi questionado às empresas sobre a quantidade de licitações em que as mesmas participam anualmente, os resultados obtidos foram os seguintes:

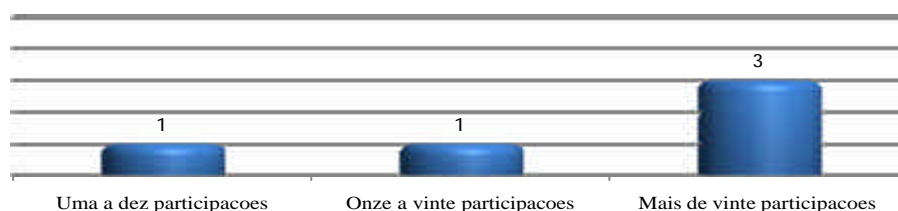


Figura 1 – Quantidades anuais de participação em licitação pública
 Fonte: Elaborado pelo Autor (2008).

Com base nas respostas obtidas pode-se afirmar que as empresas pesquisadas têm um bom nível de participação em licitações. Isso reforça o fato de que os benefícios instituídos pela Lei Complementar nº 123/06 no âmbito das licitações tem um grande valor para essas empresas que podem se favorecer da mesma para o alcance de bons resultados na concorrência com médias e grandes empresas.

Na pesquisa, procurou-se também, saber a importância que as empresas dão para a Lei. Para isso, foi questionado se as empresas, através de um ou mais representantes, já participou de algum curso cujo tema tenha sido a Lei Comp. n° 123/06 e seus respectivos benefícios nos pleitos licitatórios. Os resultados foram:



Figura 2 – Participações em Cursos relacionados ao tema
 Fonte: Elaborado pelo Autor (2008).

Pelas respostas vê-se que das cinco empresas pesquisadas apenas duas já participaram de algum curso sobre o tema, esse baixo índice pode levar a fracassos dessas MEs e EPPs nas licitações a que vierem participar.

Como complemento à questão acima, pediu-se às empresas uma auto-avaliação acerca de seu grau de conhecimento sobre os benefícios da Lei C. n° 123/06 nas licitações públicas. As opções variaram entre péssimo, ruim, regular, bom ou ótimo. Das cinco empresas pesquisadas quatro avaliaram como bom seu grau de conhecimento sobre os benefícios fornecidos pela Lei e uma como regular. A boa resposta obtida nesse questionamento mostra que apesar da não participação da maioria dessas empresas em cursos e palestras sobre o assunto, no momento da pesquisa elas se mostraram entrosadas com os benefícios da Lei, isso gera certa curiosidade já que a Lei em si se mostra um tanto quanto complexa.

Objetivando medir a aplicabilidade da Lei, bem como a influência que a mesma tem exercido nas licitações, perguntou-se às empresas pesquisadas se já haviam vencido alguma licitação em virtude de um ou mais benefícios fornecidos pela Lei Complementar n° 123/06 obtendo-se as seguintes respostas:

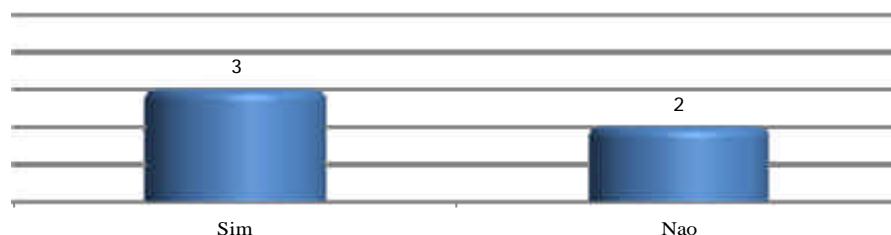


Figura 3 – Licitações Vencidas em virtude da lei.

Fonte: Elaborado pelo autor (2008).

Torna-se visível, após a análise do gráfico, que a Lei vem provocando uma mudança significativa nos resultados dos processos licitatórios, no entanto, verificou-se também, a possibilidade de uma maior influência nos resultados, mudança essa, que deverá ser sentida com uma ascendente divulgação dos benefícios da Lei nas licitações. As empresas que declararam ter vencido licitações em virtude dos benefícios da Lei forneceram um dado também importante, o benefício utilizado, segundo elas, o benefício que a Lei Complementar nº 123/06 proporcionou, ocasionando seus sucessos nos certames, consta no art. nº 44, que versa sobre o critério de desempate. Seguindo a mesma linha, procurou-se saber se as empresas pesquisadas haviam perdido algum processo licitatório por desconhecerem os benefícios que a Lei Complementar nº 123/06 proporciona. As respostas constam no gráfico a seguir:

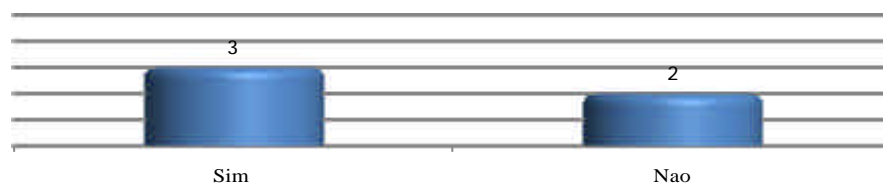


Figura 4 – Licitação perdidas em virtude do desconhecimento da lei

Fonte: Elaborado pelo autor (2008).

Três empresas alegaram ter perdido licitações por desconhecerem os benefícios que a Lei Complementar nº 123/06 institui. Duas delas por não saberem sobre o critério de desempate (art. 44) e uma por desconhecer o benefício referente à habilitação, ou seja, foi

desabilitada do processo por não saber que poderia se valer do prazo de dois dias para obter as certidões devidamente regularizadas (arts. 42 e 43). As respostas obtidas nos dois últimos questionamentos mostram a importância que as empresas devem dar no total conhecimento da Lei e seus respectivos benefícios, já que, 60% (sessenta por cento) das empresas disseram ter seus resultados alterados em licitações, seja vitória que a Lei lhes facultou ou derrota por não conhecer as vantagens a Lei lhes provém.

Todas as empresas afirmaram que após a aprovação da Lei Complementar nº 123/06 se sentiram mais motivadas a participarem de licitações. É uma afirmação que reflete o alcance dos objetivos propostos pela Lei que são, entre outros, a desburocratização do processo, o que torna mais acessível às MEs e às EPPs a participação e também a igualdade de concorrência trazida pelas vantagens explícitas no presente artigo.

Ao serem questionadas sobre a atuação da CPL (Comissão Permanente de Licitação) nos certames licitatórios do município, entende-se por atuação a maneira que a CPL elabora os editais de convocação, ou seja, se a Comissão insere nos editais de forma clara as vantagens estipuladas pela Lei às MEs e às EPPs e também sobre a forma com que a CPL conduz a licitação, como exemplo, se nos processos correntes estão sendo resguardados os direitos normatizados pela Lei Complementar nº 123/06). As formas de respostas variaram entre péssimo, ruim, regular, bom e ótimo. O resultado obtido foi satisfatório, 80% (oitenta por cento) das empresas avaliaram como “boa” a atuação da CPL nas licitações realizadas no município de Ji-Paraná.

A indagação que finalizou o questionário feito para as empresas se referiu, a saber, como as mesmas avaliam no mercado regional o fornecimento de informações (treinamentos, cursos, palestras) sobre o assunto abordado no presente trabalho. Todas as empresas afirmam ser insuficiente o fornecimento dessas informações. Isso mostra que mais Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderiam estar participando de licitações no município não fosse a falta de discussão dos benefícios da Lei. Por outro lado, mostra também, um campo a ser explorado por especialistas na Lei, seja através de palestras, cursos e até mesmo por assessoria direta.

O questionário aplicado à CPL (Comissão Permanente de Licitação) teve como objetivo avaliar o grau de conhecimento da mesma acerca da Lei Complementar nº 123/06 e seus benefícios às MEs e às EPPs, além de analisar a aplicabilidade da Lei nas licitações correntes no município de Ji-Paraná.

Questionada sobre a participação de um ou mais representantes em cursos sobre os benefícios da Lei às MEs e às EPPs foi respondido pela CPL que dois dos responsáveis pelos

trâmites licitatórios do município já participaram de estudos sobre o tema. O órgão auto-avaliou como “ótimo” seu grau de conhecimento acerca das vantagens da Lei. Isso leva a entender a boa avaliação que as empresas fazem da CPL concomitante aos benefícios da Lei nas licitações. Quando perguntado se a CPL promove, com o intuito de agregar participantes nas licitações e esclarecer eventuais dúvidas através de cursos e/ou palestras, a divulgação das vantagens estabelecidas pela Lei Complementar nº 123/06 no âmbito das aquisições públicas foi respondido pela mesma que não. A resposta obtida remonta à última questão feita às empresas que disseram ser insuficientes, no mercado onde atuam, as informações necessárias.

Um dado curioso adquirido através do questionário foi o fato da CPL ter afirmado não ter notado no município de Ji-Paraná uma participação maior nas licitações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em virtude das vantagens instituídas pela Lei Complementar nº 123/06. Essa informação contrasta àquela obtida das empresas que disseram estar mais motivadas em participar das licitações graças aos benefícios citados. Um dos prováveis motivos para esse não aumento nas participações dessas empresas nas licitações está na falta de divulgação da própria Lei, essa não divulgação já foi constatada anteriormente nesse mesmo questionário. Afirmando o supracitado, a CPL assegurou ainda, que os benefícios que a Lei institui não tem mudado de forma considerável os resultados das licitações no município de Ji-Paraná. Questionada sobre o motivo dessa inalterância a CPL disse que se deve a baixa participação de empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06 (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) nas licitações no município. Mais uma vez reporta-se ao fato de que se torna necessário uma maior divulgação da Lei e seus benefícios a fim de se obter mais concorrentes desse porte.

A CPL avaliou ainda como regular a Lei e seus benefícios às MEs e EPPs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados pelo presente artigo possibilita ter uma real visão da interferência que a Lei Complementar nº 123/06 teve nos processos licitatórios no município de Ji-Paraná, permitiu ainda, mensurar o grau de conhecimento que as empresas pesquisadas possuem da referida Lei. É nítida a necessidade de uma ampla divulgação dos benefícios que a Lei exerce para as MEs e para as EPPs nas licitações, de acordo com a CPL, o índice participativo dessas empresas nos certames não sofreu alteração após a promulgação da Lei, porém, o mesmo órgão afirma não disponibilizar para as empresas enquadradas na Lei

informações que poderiam agregar um número maior de participantes, o que ocasionaria uma economia dos recursos públicos, já que, é evidente o fato de que quanto mais concorrentes nos processos, menos oneroso se torna a contratação de bens e serviços necessários ao bom andamento da máquina pública. Nota-se, pelo resultado do artigo, que a CPL do município de Ji-Paraná deve realizar um planejamento com o intuito de sanar a dificuldade de agregar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações, o planejamento citado deve embasar-se, como dito antes, na divulgação da Lei Complementar nº 123/06 e seus benefícios.

A aplicabilidade da Lei se mostrou presente nas licitações realizadas no município, empresas e CPL foram unânimes na afirmação de que todas as normas referentes à aplicação da Lei nos processos vêm sendo cumpridas, gerando ampla satisfação dos participantes.

A motivação que o autor da Lei esperou alcançar com a inserção da mesma, vem sendo obtida no município de Ji-Paraná. Todas as empresas pesquisadas disseram estar mais motivadas em participar das licitações em virtude das vantagens estabelecidas. Essa motivação deverá se estender às demais MEs e EPPs do município quando houver a divulgação necessária.

A pesquisa expôs também, um mercado ainda pouco explorado, a assessoria à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que estão deixando de participar de uma das formas mais democráticas e lucrativas de se obter bons resultados, as licitações públicas. Durante a elaboração deste trabalho foi constatado a escassez de profissionais atuantes nessa área conhecida como “assessoria licitatória”. Essa escassez torna as empresas reféns de informações advindas da Administração Pública que, como foi provado na pesquisa, não vem cumprindo com seu papel de informar.

Inclui-se, a sugestão de que se promova, em trabalhos futuros, um acompanhamento à empresas enquadradas na Lei mas que ainda não participam de processos licitatórios justamente por desconhecer as vantagens que lhes são cabíveis. O sugestivo trabalho englobaria desde a apresentação da Lei para as empresas até a participação das mesmas em uma ou mais licitações, isso demonstraria a eficácia da Lei além de promover o desenvolvimento das empresas regionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Robson Braga de. **Manual Comentado da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: <http://www.fiemg.org.br>. Acesso em 24 de outubro de 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Ementas Constitucionais nº 1/92 a 46/2005 e pelas Ementas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

_____. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006**: Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Brasília: Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2007.

_____. **Licitações e contratos**: Orientações Básicas/ Tribunal de contas da União. 3. ed. ver. atual. e ampl. Brasília: TCU. Secretária de Controle Interno, 2006. 409 p. Disponível em: <http://www2.tcu.gov.br>. Acesso em: 11 de nov. de 2008.

_____. **Licitações e contratos na administração pública**/ Lei nº 8.666, de 21.6.93, republicada no DOU 6.7.94, consolidando as alterações pela Lei nº 8.883, de 8.6.94 e Lei nº 9.648, de 27.5.98./ Supervisão editoria Jair Lot Vieira.—17ª ed. ver. e atual. – Bauru/ SP – EDIPRO, 1999. (Série Legislação).

_____. **MP - Medida Provisória nº 2.026-1 de 01.06.2000**. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=88308>. Acesso em: 20 de outubro de 2008

DAYRELL, Carlos Leopoldo. **Das Licitações na Administração Pública**. Companhia Editora Forense. Rio de Janeiro, 1973.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. Editora Atlas S/A. São Paulo, 1999.

FARIA, Edimur Ferreira de. **Curso de direito administrativo positivo** – Atualizado de acordo com a Emenda Constitucional n. 41/03. 6. ed. Ver. e ampl. – Belo Horizonte: Del Rey, 2007. 804 p.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Emissão de parecer Jurídico sobre a regulamentação dos direitos das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte quanto à aplicabilidade da Lei Complementar nº 123\06 – e as inovações introduzidas nas licitações e contratos administrativos, 2007**. Disponível em: <http://www.jacoby.pro.br\MEEPP.php>. Acesso em: 23 de Outubro de 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações Contábeis**: contabilidade empresarial. 3. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 11.ª ed. ver. e atual. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24. Ed. Sao Paulo: Malheiros Editores, 1999.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Repercussões do Estatuto das MEs e EPPs em Licitação Pública, 2007**. Disponível em: [http\\jus2.uol.com.br](http://jus2.uol.com.br). acesso em 15 de Outubro de 2008.

PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura. **Modalidades de licitação**: Da concorrência ao pregão. A inversão do procedimento de habilitação e julgamento e a polêmica Medida Provisória nº 2026/00, 2006. Disponível em: <http://www.conlicitacao.com.br/oquee/>. Acesso em: 15 out. de 2008.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio...et al. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. – 9 ed. ver., atualizada até janeiro de 2006 – São Paulo: Atlas, 2006.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.